

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.251 - SP (2019/0320948-9)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : JAZIEL BENEDICTO PITELLI
RECORRENTE : ZITA MAY DE OLIVEIRA PITELLI
ADVOGADO : ROBERTO JAZIEL PITELLI - SP159865
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCEL AUGUSTO ROSA LUI - SP123974
SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - SP295139

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JAZIEL BENEDICTO PITELLI E OUTRA, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"APELAÇÃO - Ação de cobrança - Contrato de crédito em conta corrente - cheque especial - Capitalização - Inexistência nos contratos de conta corrente - Artigo 354 do Código Civil - Sentença mantida - Recurso desprovido" (e-STJ fl. 335).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 347/351).

Nas razões do especial, além de divergência jurisprudencial, os recorrentes alegam violação do artigo 5º da Medida Provisória nº 1963-17/2000.

Sustentam que o laudo pericial aproveitado da ação revisional em apenso demonstra a existência de capitalização mensal de juros nas operações de cheque especial.

Além disso, mencionam que o contrato foi firmado em 4/9/1997, anterior, portanto, à edição da MP que permitiu a capitalização de juros.

Após o decurso do prazo legal para a apresentação das contrarrazões (e-STJ fl. 366), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Na hipótese dos autos, a instância de origem afastou a capitalização mensal de juros no contrato de cheque especial celebrado entre as partes com base nos seguintes fundamentos:

"(...)

No caso, tratando-se de crédito em conta corrente,

mostra-se desnecessário tecer comentários sobre a constitucionalidade da Medida Provisória bem como sobre a impugnada Tabela Price ou outro sistema de amortização.

Em contratos como o presente, de operações de crédito encadeadas, envolvendo sucessivas operações de débito e crédito, não há incidência de aplicação de juros sobre juros, pois, existindo capital e juros, o pagamento recairá primeiro nos juros, para depois, se exceder tal valor, atingir o capital, conforme artigo 354 do Código Civil" (e-STJ fl. 337).

Tais fundamentos, referentes à regra de imputação ao pagamento prevista no artigo 354 do Código Civil, não foram impugnados pelos recorrentes em suas razões recursais, que, ao persistirem incólumes, mostram-se suficientes para a manutenção do julgado, circunstância que atrai ao caso a aplicação, por analogia, da Súmula nº 283/STF.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS CONDOMINIAIS. LEGITIMIDADE. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DAS RAZÕES RECURSAIS. SÚMULA 283 STF. APLICAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO" (AgInt no REsp 1.566.495/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/3/2018, DJe 9/3/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE CURADORA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AgRg no AREsp 570.868/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 6/3/2018, DJe 13/3/2018).

Registra-se, ademais, que alterar a conclusão do aresto recorrido para entender que houve capitalização de juros esbarra nos óbices das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

Confira-se, a propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

DE CONTAS. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA - CORRENTE. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DA SUCUMBÊNCIA. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ.

(...)

3. Rever a conclusão do tribunal de origem acerca da não adoção das regras de imputação ao pagamento atrai o óbice da Súmula nº 7/STJ por demandar o reexame de provas.

4. Agravo interno não provido" (AgInt no REsp 1.635.370/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/8/2017, DJe 25/8/2017).

Os óbices acima aplicados também incidem ao recurso interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator